

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento

RODRIGO DE CAMPOS MACEDO

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DA ALDEIA GUARANI BOA
VISTA DO SERTÃO DO PROMIRIM, UBATUBA/SP

São José dos Campos/SP

2006

RODRIGO DE CAMPOS MACEDO

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DA ALDEIA GUARANI BOA
VISTA DO SERTÃO DO PROMIRIM, UBATUBA/SP

Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão Ambiental da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de especialista em Gestão Ambiental.

Orientador: Wilson Cabral Souza Jr.

São José dos Campos

2006

p30e

Macedo, Rodrigo de Campos

Avaliação do Potencial Turístico da Aldeia Guarani Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba/SP. / Macedo, Rodrigo de Campos. São José dos Campos: Univap, 2006

Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

1. Guarani 2. Enoturismo 3. Diagnóstico I. Wilson Cabral Souza Jr., Orientador. II.

Título

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta monografia, por processo fotocopiador ou eletrônico.

Assinatura
30/10/06

RODRIGO DE CAMPOS MACEDO

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DA ALDEIA GUARANI BOA
VISTA DO SERTÃO DO PROMIRIM, UBATUBA/SP

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Mari Elizabete Bernardini Seiffert

Prof. Dr. Wilson Cabral Souza Jr.

À Denise, pelo amor e paciência

Ao Maurício, pelas caminhadas

À Selma, pelo apoio e informações

Ao Rodolfo/Marciano, pela ajuda

À ti, pela leitura

Um lobo magro e faminto
Que cobrindo os ossos
Só tinha pele e pêlo
Encontrou um cão gordo e bonito
Que por engano se perdera do dono.

Atacá-lo, fazê-lo em pedaços
Era tudo de que o lobo gostaria.
Mas seria preciso lutar
E o danado parecia forte e corajoso
Haveria de defender-se bravamente...

Humilde, o lobo se aproximou
Procurando conversa,
Procurando amizade.
Elogiou o outro.

“Basta você querer, disse o cão,
E haverá de ser tão gordo,
Tão vistoso quanto eu!
Abandone a floresta,
Venha viver uma vida diferente.
Doença, fome, miséria,
Deixe estas preocupações
Para quem quiser>
Comida boa, carinho, segurança...
Venha comigo!
Seu destino será muito melhor!”

Interessado, o lobo perguntou:
“O que tenho de fazer?”
“Quase nada”, respondeu o cão.
“Persiga mendigos e pessoas suspeitas,
Faça festa para a gente da casa,
Seja complacente com o seu amo.
Assim, você terá como salário
Sobras de comida boa,
Ossos de frango e pomba,
Sem falar em afagos, gentilezas,
E sossego para dormir à vontade...”

Só de imaginar tanta felicidade,
O lobo sentiu os olhos quentes,
Marejados de lágrimas.
Aceitou o convite do novo amigo
E os dois puseram-se a andar
De volta para casa.

No meio do caminho,
O lobo percebeu uma grande falha
Nos pêlos do pescoço do cão.
“O que é isto?”, perguntou.
“Nada!”, respondeu o outro.
“Como nada?”, surpreendeu-se o lobo,
“Alguma coisa deve ter provocado isto!”
“Nada grave”, respondeu o cão displicente.
“Agora, eu quero saber o que houve.
Eu quero saber por que seu pescoço está pelado.”

O cão olhou-o nos olhos:
“Deve ser a coleira,
A coleira que me prende,
A causa desta falha.”

O lobo ficou muito surpreso:
“Preso? Então você não pode passear,
Ir aonde quiser, andar, correr, saltar?”
“Nem sempre. Mas que diferença faz?”
“Muita! Faz tanta diferença,
Que nem sua comida me interessa mais!”

Assim dizendo, o lobo pôs-se a correr,
E o medo de ser feito prisioneiro
Foi tão grande, tão intenso,
Que ele está correndo até hoje!

O Lobo e o Cão
La Fontaine

RESUMO

O conhecimento do potencial turístico é uma demanda de muitos que se interessam em empreender e/ou incrementar formas de geração de renda que aproveitem amenidades naturais e culturais. Acredita-se que o turismo pode ser uma atividade econômica que as valorize e, conseqüentemente, incentive a conservação destes recursos. Avaliar corretamente o potencial a ser explorado por atividades turísticas é imprescindível para futuros empreendimentos; para isto, torna-se necessária a utilização de métodos e ferramentas de avaliação, tais como diagnósticos e inventários dos atrativos turísticos.

Este trabalho avaliou o potencial turístico existente na Aldeia Boa Vista, realizando-se um diagnóstico e um inventário dos atrativos, definindo-se roteiros e sugerindo-se alternativas. Os objetivos propostos foram atingidos e os métodos adotados foram aplicáveis para o problema em questão.

ABSTRACT

The knowledge of touristic potential is a demand of the ones who are interested in improving ways of generating income that takes advantages of natural and cultural amenities. It's believed that the tourism can be an economic activity that valorize them and, consequently, incentivate the conservation of these resources. A correct evaluation of the potential exploited to a tourism activity is very important for future projects; that's why, it's necessary the utilization of methods and evaluation tools, like diagnostics and inventory of the touristic spots.

This work evaluated the touristic potential that exists at Boa Vista village. Throughout diagnostics and an inventory of touristic attractions, roads were defined and alternatives were proposed. The objectives were raised and the methods chosen were applicable to the related problem.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CICATUR – Centro Interamericano de Capacitação Turística

CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

ISA – Instituto Socioambiental

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OMT – Organização Mundial do Turismo

PESM – Parque Estadual da Serra do Mar

SMA/SP – Secretaria do Meio Ambiente /Governo do Estado de São Paulo

TI – Terra Indígena

TIR – Taxa Interna de Retorno

VPL – Valor Presente Líquido

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 01 – Principais aspectos e impactos relacionados às atividades turísticas.....	30
Quadro 02 – Custos e benefícios econômicos do turismo.....	30
Quadro 03 – Descrições das medições obtidas nos roteiros.....	45
Quadro 04 – Principais aspectos e impactos envolvidos na T.I. Boa Vista.....	55
Figura 01 – Localização da T.I. Boa Vista no Estado de São Paulo.....	36
Figura 02 – Gráfico da Importância Econômica Relativa da T.I. Boa Vista.....	40
Figura 03 – Fotografia Aérea, de 2001.....	41
Figura 04 – Plotagem dos roteiros sobre imagem orbital CBERS.....	44
Figura 05 – Acessos à T.I. Boa Vista.....	46
Figura 06 – Vista geral da chegada.....	46
Figura 07 – Instalações Principais.....	47
Figura 08 – Casa de Reza.....	48
Figura 09 – Casa de Cultura.....	49
Figura 10 – Quedas do Rio Promirim.....	50
Figura 11 – Padrões arquitetônicos.....	51
Figura 12 – Obstáculos que influenciam a estética e segurança do visitante.....	52
Figura 13 – Vistas panorâmicas presentes nas trilhas em Mata Atlântica.....	53
Figura 14 – Árvores expressivas presentes nas trilhas em Mata Atlântica.....	54

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Objetivos Gerais.....	12
1.2. Objetivos Específicos.....	16
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	
2.1. Os Guarani.....	17
2.2. Economia Guarani.....	17
2.3. Turismo – algumas definições	25
2.4. Turismo e Meio Ambiente & Cultura – Ecoturismo e Enoturismo	26
2.5. O Turismo como Atividade Sustentável	29
2.6. Diagnóstico e Inventário do Potencial Turístico.....	33
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	
3.1. Área de Estudo.....	36
3.2. Inventário do Potencial Turístico.....	41
3.3. Sistema de Posicionamento Global e Imagens Orbitais.....	41
3.4. Cronograma	43
4. RESULTADOS e CONSIDERAÇÕES.....	44
5. CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES	58
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
ANEXO.....	62

APRESENTAÇÃO

Durante as oficinas do Projeto Novos Futuros no Horizonte dos Guarani da Aldeia Boa Vista – Plano de Negócio para o Artesanato Guarany, financiado pelo FNMA e executado pela CPI-SP, a comunidade solicitou ações para organizar um programa turístico, como alternativa geradora de renda. Nascera a idéia para a presente monografia nesta solicitação. A necessidade de proposição para obtenção de renda sem dependência da comercialização de palmito é um desejo comum para os que se preocupam com a sustentabilidade das TI's. O turismo (mais especificamente, o etnoturismo) apresenta-se como uma atividade econômica potencial para as características encontradas nestes territórios.

Os resultados desta monografia poderão auxiliar no diagnóstico necessário para a implantação de um programa turístico na Aldeia Boa Vista, financiamento já solicitado pela CPI-SP.

A floresta é de fundamental importância para a sobrevivência cultural, espiritual e material do povo Guarani. É dela que tiram as matérias-primas para o seu artesanato, construção de suas casas, plantas medicinais, entre outros. Uma cultura que valoriza de tal maneira a floresta possibilita a compatibilização de conservação de recursos florestais e atividades geradoras de renda. Para uma atividade que depende do recurso cênico conservado, esta compatibilização torna-se ainda mais atrativa.

Os Guarani enfrentam problemas com a invasão de palmiteiros e caçadores clandestinos. Mamíferos (como a anta e o bugio) e aves (como a seriema e o mutum) já não são encontrados na área. Urgentemente, a viabilização de formas de renda que não promovam êxodo e degradações das áreas de aldeia são requisitadas.

Segundo Darcy Ribeiro (1995), a população indígena no ano de 1500 era de 3 ou 4 milhões. Atualmente é de cerca de 350.00 indivíduos (Fundação Nacional do Índio,

2003). Já vem sendo veiculado pela imprensa a alguns anos que o crescimento vegetativo dessa população é maior do que o da população brasileira como um todo, e para a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas é fundamental garantir-lhes autonomia. Nesse contexto é que se insere este projeto, que visa avaliar a possibilidade de se gerar renda através do turismo.

Seguindo-se a recomendações de SILVA, 2001, está é uma pesquisa aplicada e um projeto de extensão.

1. INTRODUÇÃO

As comunidades indígenas, historicamente, sofreram drásticas mudanças em sua economia tradicional, desde a chegada dos não-índios. Os territórios em que hoje vivem – reduzidos em extensão, exauridos em seus recursos naturais, com terras de baixa produtividade, com pouca ou nenhuma área de caça, pesca, coleta e agricultura – são bastante diferentes daqueles que os abrigavam antes do ano de 1500 e que lhes davam perfeitas condições de manter-se segundo seus modos tradicionais. Por outro lado, o contato intenso com a "civilização" ocidental introduziu nas sociedades indígenas a necessidade de consumo de produtos manufaturados. Observa-se que quando as sociedades indígenas encontram a sociedade dos não-índios imediatamente se instaura uma relação de dependência.

As trocas mercantis entre os Guarani e a sociedade urbano-industrial ocorrem desde o início da colonização ibérica. As principais formas de renda utilizada pelos Guarani são a comercialização de produtos florestais e os serviços (mão-de-obra braçal). Com a redução das áreas passíveis de utilização, as assistências governamentais passaram a ter maior relevância. Atualmente, não há grandes programas assistenciais como no passado, assim a necessidade de coexistir formas de geração de renda com a conservação cultural é premente. Surgem as possibilidades de agregação de valor nos produtos florestais (artesanatos, compotas, etc.) e as atividades econômicas relacionadas ao turismo.

O conhecimento do potencial turístico é uma demanda de muitos que se interessam em empreender e/ou incrementar formas de geração de renda que aproveitem amenidades naturais e culturais. Acredita-se que o turismo pode ser uma atividade econômica que as valorize e, conseqüentemente, incentive a conservação destes recursos. Avaliar corretamente o potencial a ser explorado por atividades turísticas é imprescindível para futuros empreendimentos; para isto, torna-se necessária a utilização de métodos e ferramentas de avaliação, tais como diagnósticos e inventários dos atrativos turísticos.

Os recursos naturais da região, embora possam prover os índios de madeira para o fogo, construção das casas e singelos utensílios domésticos e artesanatos e palmito para venda, além de fornecer alguma caça e pesca ocasional, não são suficientes para garantir-lhes a subsistência. A maior parte dos alimentos consumidos é proveniente da Funai (Escola Indígena) ou comprada na cidade, sendo que a renda origina-se na venda de palmitos e de artesanatos, praticados em pequena escala. Além disso, alguns membros da comunidade realizam trabalhos remunerados, e outros recebem aposentadoria¹.

Os Guarani residentes na Aldeia Boa Vista expressaram o desejo de estruturar e organizar atividades econômicas relacionadas ao turismo. Esta demanda é compatível com a estratégia que permeia as ações em andamento na Aldeia²: disponibilizar formas de geração de renda compatíveis com a conservação dos recursos naturais e culturais, visando principalmente, reduzir a pressão sobre a extração de *Euterpe edullis* (palmito juçara), renda garantida e espécie-chave para a Mata Atlântica.

Experiências promissoras tais como o Projeto Conservação dos Recursos Naturais através do Turismo Ecológico e da Gestão Participativa na região de Silves/AM e a Capacitação de Guias Turísticos no Cambury/SP evidenciam o benefícios social destas ações.

O turismo possui riscos, principalmente relacionados às alterações na qualidade dos recursos naturais e culturais. É muito importante que haja planejamento prévio, com cálculos para capacidade de carga e pesquisas sobre a influência do turismo na aculturação.

Este trabalho pretende avaliar o potencial turístico existente na Aldeia Boa Vista, realizando-se um diagnóstico e um inventário dos atrativos, sugerindo-se alternativas.

¹ CPI-SP – Plano de Negócio

² FUNAI, FNMA, CPI-SP – Aprimoramento da cadeia de custódia de artesanatos, Manejo de palmito juçara, Mapeamento e revisão dos limites da TI, Construção da Casa de Cultura e Melhorias na infra-estrutura, tais como vias de acesso, energia elétrica e saneamento básico.

1.1. Objetivos Gerais

- Contribuir com o conhecimento de formas de avaliação de potencial turístico;
- Contribuir com alternativas geradoras de renda para os Guarani, reduzindo-se a pressão sobre a extração de palmito juçara.

1.2. Objetivos Específicos

- Demonstrar clareza no entendimento da literatura especializada no tema e ser capaz de realizar análises críticas em relação à aplicabilidade nesta área de estudo específica;
- Avaliar o potencial turístico local com recomendações e propostas, considerando-se a verificação da viabilidade econômico-financeira.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Os Guaraní

O contato entre os Guaraní e a civilização ocidental ocorre desde o século XVI. (MONTEIRO, 1994; RIBEIRO, 1995; FELIPIM, 2001). Os primeiros registros sobre este povo, também chamado de Carijó, Tapes, Aranchã, entre outros, foram feitos por cronistas, viajantes e jesuítas (FELIPIM, 2001).

Chegaram a ser a maioria e, em muitos casos, a totalidade da população indígena das missões religiosas (MONTEIRO, 1994; RIBEIRO, 1995). Também figuravam como os escravos mais visados pelos bandeirantes paulistas, por serem afeitos ao sistema agrícola Tupi. Ribeiro (1995), referindo-se às primeiras décadas da colonização, afirma que representavam a quase totalidade do horizonte cultural do brasileiro quinhentista: *“mamelucos” (mestiço de indígena e branco), índios destribalizados e uma minoria branca, portugueses ou não.*

Pode-se dizer que os principais agentes depopulativos e deculturativos dos Guaraní foram os bandeirantes e os jesuítas (MONTEIRO, 1994). Perfazem hoje um total de 35.000 indivíduos (FUNAI, 2001). Habitam os seguintes países: Paraguai, Argentina e Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. (ISA, 2002). Dividem-se em três subtribos: *Kaiowá*, *Nhandeva* e *Mbyá*, com costumes e dialetos diferentes, embora guardando certa semelhança entre si (SCHADEN, 1974).

Os Guaraní *Mbyá* são os que atualmente mais se preservam da sociedade não-índia. São também os menos influenciados pelo cristianismo. Os *Mbyá* possuem características “nômades”. Este grupo mantém uma referência de um território tradicional, de limites não muito claros (para a sociedade não-índia). As migrações são feitas dentro dos

limites do território tradicional (CHEROBIM, 1986; CHASE-SARDI, 1992; LADEIRA, 1992; FELIPIM, 2001).

Este hábito lhes assegura certa manutenção de seu espaço geográfico. Além disso, dificulta a assimilação de hábitos das populações vizinhas (CHEROBIM, 1986; FELIPIM, 2001). Os locais onde se assentam, conhecidos pela sociedade não indígena como aldeias, são por eles denominados de *Tekoá*, que são áreas onde podem viver de acordo com seus padrões culturais (LADEIRA, 1992; FELIPIM, 2001). Importante assinalar que atualmente *Tekoá* algum lhes garante auto-suficiência. Assim sendo, muitas migrações se fazem devido à escassez de recursos. Entretanto, raramente um *Tekoá* é totalmente abandonado, havendo um revezamento de famílias que o ocupam (GARLET, 1997; FELIPIM, 2001).

Finalmente, a mobilidade *Mbyá* tem um forte apelo cultural, visto que desde o século XVI há registros de migrações conduzidas por líderes religiosos – os *carai*, (homens-deuses) – em busca da *Yvy- Marãey*, (a terra sem males), que pode ser alcançada a partir de algum ponto do litoral brasileiro (SCHADEN, 1974; NIMUENDAJÚ, 1987; LADEIRA, 1992; 2000; CICCARONE, 2000; VIETTA, 2000; FELIPIM, 2001). Schaden (1974), correlaciona essas migrações de caráter messiânico, conduzidas por um líder religioso, à crise cultural. Essa crise poderia ser tema de diversas teses científicas, dada a riqueza dos aspectos que a compõe, mas pode-se afirmar que os Guaraní vêm vivendo uma crise de valores devido a impossibilidade de viverem de acordo com seus padrões tradicionais. Esta impossibilidade é causada por vários fatores, tais como o contato com novos valores, a incapacidade de seus mitos e preceitos em dar explicações satisfatórias acerca da nova realidade que agora os cerca, e a degradação ambiental das regiões onde habitam.

2.2. Economia Guarani

Para os *Mbyá* em migração o Paraíso, a Terra prometida corresponde ao ideal da existência terrena. Este paraíso no conceito *Mbyá*, pode vir a dar pistas acerca do ideal de produção Guarani, que diferentemente do ocidental, o Guarani não enxerga as atividades de subsistência como um fardo a ser cumprido, e sim, como parte da vida, intrinsecamente relacionado com sua espiritualidade, aspecto mais importante da vida.

Embora o Guarani não seja capaz de conceber a vida humana sem as alegrias da caça e da pesca, a base da sua subsistência é fornecida pela lavoura. Importante ressaltar que nessa aldeia (Boa Vista) o principal meio de subsistência não é a caça, tão pouco a agricultura, e sim, a venda de artesanato.

Nas transformações que as atividades econômicas vêm sofrendo devido ao contato com a civilização, reflete-se, como em outros setores da vida Guarani a desorganização social que vem ameaçando a maior parte dos grupos Guarani da atualidade. A desorganização social e substituição de valores tradicionais é processo muito mais acelerado e visível entre os *Nhandeva*, sub-tribo Guarani que habita, entre os outras áreas, o litoral paulista.

A eficiência econômica do indivíduo não representa fonte de especial prestígio. Duas são as razões principais desse fato: primeiro, a feição predominantemente comunitária da produção e consumo, e em segundo lugar, a orientação mística da cultura e a importância atribuída ao sobrenatural. O primeiro desses fatores faz com que o estímulo para o trabalho se relacione diretamente com a intensidade do sentimento de solidariedade social (SCHADEN, 1954).

Poucas etnias indígenas da América conferem tanto destaque e preocupação com os problemas do destino sobrenatural do homem como os Guarani. Para estes não vale apenas a corriqueira afirmação de que nas culturas tribais todos os fatos são “totais” e de que

na vida tribal as preocupações econômicas como outras quaisquer, são ao mesmo tempo religiosas. O que se nota é um predomínio extra-ordinário da religião, em todas as esferas da cultura, inclusive, é claro, na economia, a ponto de as atividades econômicas aparecerem, não raro, como pretexto para a realização de cerimônias de contato com o sobrenatural. Quer seja um mutirão, a colheita de produtos da roça, a partida para uma viagem, o aparecimento de qualquer fenômeno inesperado ou invulgar. Tudo, enfim, pode ser motivo para rezas e rituais (SCHADEN, 1954).

Na medida em que existe calendário religioso e social, este primordialmente é o do milho. Há uma concentração social anual por haver apenas uma colheita do milho, que se inicia com a grande festa do *Nhemongaraí*, que os *Mbyá* traduzem como “Batizado”, ocasião em que as crianças com cerca de um ano de idade recebem o seu nome indígena, que é escolhido pelo pajé (através de sonhos e outros processos em que os *Mbyá* atribuem importância mística). Invariavelmente, o *Mbyá* tem dois nomes. Um, o nome “brasileiro”, “paraguaio” ou “argentino”, conforme o país onde a criança tenha nascido, não difere dos nomes locais encontrados entre os não-índios, e parece não ter nenhuma correlação espiritual. É com esse nome que o *Mbyá* será oficialmente registrado pela sociedade nacional envolvente (ao menos no Brasil), quando isso ocorre. É também com esse que costumam se apresentar aos não-índios.

O *Mbyá* também planta variedade crioulas de milho, obtidas através do comércio ou com agricultores locais (FELIPIM, 2001), (SCHADEN, 1954). Este tipo de milho é chamado de *Avaxi-Tupi*, em oposição ao milho *Mbyá* que é chamado de *Avaxi-Eteí* (algo como “milho verdadeiro”).

O *avaxi tupi*, embora de uso somente profano, é mais produtivo do que o *avaxi eteí*, daí a aceitação dos *Mbyá* para este cultivar. Os Guaraní conservam, no entanto, grande preocupação para evitar cruzamentos (FELIPIM, 2001), (SCHADEN, 1954).

Em comparação com o milho, a mandioca tem importância secundária na alimentação do Guarani. Existe em todas as épocas do ano, e constitui alimento básico permanente (exceto em aldeias onde já não se dispõe de terras suficientes para a agricultura, e a maior parte dos gêneros alimentícios é obtido no comércio local) da cozinha indígena. Por esse motivo, também não pode dar origem a nenhum ritmo social, ou pelo menos, cerimonial. Note-se a esse respeito, que nas culturas do tronco Tupi-Guarani –a qual pertencem os Guarani- localizadas no leste da América do Sul a mandioca sempre parece ter tido maior importância do que o milho, ao contrário do que se nota nas proximidades da Cordilheira dos Andes (SCHADEN, 1954).

O extrativismo vegetal é de importância secundária na obtenção de mantimentos. Assume importância fundamental na obtenção de plantas terapêuticas, e, atualmente, na obtenção de materiais utilizáveis na confecção de artesanatos de uso e venda. Importante mencionar, que o Guarani não costuma comercializar produtos de uso (Instituto socioambiental, 2004). Qualquer um que queira adquirir brincos, colares e cestos de um Guarani, pode facilmente fazê-lo visitando uma cidade do litoral paulista, como Peruíbe ou Cananéia, onde os *Mbyá* podem ser vistos nas praças comercializando artesanato. No entanto, se alguém desejar adquirir um cachimbo, ou mesmo um adereço confeccionado para uso próprio, dificilmente conseguirá convencer um Guarani a vendê-lo, e se conseguir, provavelmente causará grande constrangimento.

A semelhança do quê se dá com muitos outros aspectos da cultura Guarani, a importância da pesca no conjunto das atividades econômicas varia, como é natural, de acordo com as possibilidades ambientais. Espalhadas por um território imenso, as aldeias ora se encontram as margens de um curso fluvial piscoso, ora nas proximidades de áreas que oferecem peixe em pouca quantidade.

São vários os métodos de pesca relatados entre os *Mbyá*: Covo de taquara, anzóis, pari (cesto de forma cônica, em que peixe consegue entrar, mas não consegue sair), timbó e “mundéu de peixe”. Os *Mbyá* afirmam utilizar anzóis de metal desde tempos imemoriais; não os possuindo comprados, fazem-nos de arame, ou, quando para lambaris, de agulha de costura; na falta de linha comprada, recorrem a fibra de tucum. Para pesca com timbó, constroem um pari no rio, cortam timbó em grande quantidade, colocam-no sobre uma pedra e amassam-no com outra, jogando-o dentro da água. No mundéu de pesca não se usa timbó. Constrói-se um estrutura semelhante a um chiqueiro no rio, com uma tábua que cai (desarma), quando o peixe mexe na isca. Há relatos de indivíduos que pescam com arco e flecha. Os *Mbyá* dizem nunca ter usado arpão ou rede de pescar. Os peixes capturados são colocados em um cesto, e na falta deste, espetados em um pauzinho. De vez em quando se organizam pescarias coletivas. Sendo longe de casa, os homens pescam, enquanto as mulheres assam o peixe no próprio local, onde é consumido. Quando perto, levam tudo para aldeia, onde repartem o produto com os que ficaram, conforme relata Schaden (1954). O mesmo pode acompanhar pescarias coletivas dos *Mbyá* de Xapecó, que se prolongavam durante meses.

A propriedade das terras se individualiza na medida que o indivíduo as cultiva. A regra, é que as plantações pertencem a quem as tenha feito, e que a terra cultivada por um indivíduo, continua pertencendo ele por tempo indefinido, mesmo quando a roça já está abandonada (SCHADEN, 1954).

Índice inequívoco do grau de desorganização social da maioria das comunidades Guaraní é o progressivo abandono dos padrões de trabalho coletivo, como consequência direta da individualização das preocupações econômicas.

Vários pesquisadores trataram de investigar as origens históricas do mutirão brasileiro. Entre eles, há os que indicam haver nele instrumentos de origem ibérica, africana e

indígena. Em todo caso, é indubitável a filiação ameríndia do mutirão revelada já pelas fontes dos cronistas, como pela denominação de origem Tupi-Guarani: *puxirõ* (Kaiová), *puxirun* (Mbyá), *aputixirun* (Tapirapé). Lembrando que o mutirão é também conhecido pelo nome de puxirão, entre o homem rural do Brasil. Entre as tribos do troco Tupi-Guarani, o trabalho agrícola coletivo parece ter sido bastante generalizado. Mas também outras etnias de outras filiações lingüísticas o praticam, ou ao menos, o praticaram, como os *Bakairí* (SCHADEN, 1954).

De modo geral, pode-se dividir em duas categorias bem distintas os trabalho coletivo dos Guarani: os que se fazem para determinada pessoa e os que se fazem para a comunidade como um todo (SCHADEN, 1954). O primeiro caso é o mais freqüente, e parece conformar-se mais com as exigências econômicas atuais.

No entanto, a transformação das primitivas condições de vida pelo contato com a sociedade nacional de tipo capitalista, faz surgir novas formas de trabalho cooperativo. Assim, qualquer Mbyá morador de uma aldeia em que o principal meio de subsistência é a venda de artesanatos, pode erigir-se em uma espécie de empreiteiro, convidando os companheiros para trabalharem com ele na confecção de colares, arcos e flechas, zarabatanas e outros itens. O empreiteiro vende os produtos em alguma cidade maior e com presença mais significativa de turistas, distribuindo o lucro entre os que o tenham ajudado (SCHADEN, 1954).

A aculturação econômica é fenômeno que não pode ser ignorado por aqueles que se preocupem com o destino deste povo. Embora em estágio bem menos avançado do que o observado entre os *Guarani-Nhandeva* e os *Guarani-Kaiowá*, esta vem de encontro com os *Mbyá*, mais por imperativo de meios externos a eles do que por vontade própria. A escassez de terras, a degradação ambiental, a capitalização e urbanização crescente das regiões onde habitam os *Mbyá*, colocam-lhes problemas econômicos que dificilmente resolvem de maneira

eficiente com seu aparato material e mental, principalmente este último. Embora este seja um problema comum a todas as culturas tribais que se vêem obrigadas a substituir uma economia comunitária do tipo cooperativista por uma economia que preza pela eficiência do indivíduo, como é o caso da economia capitalista ocidental, para os Guarani ele torna-se muito mais acentuado, dado a sua dificuldade de desenvolver um espírito econômico com a noção do lucro e um correspondente pensamento finalista, simplesmente por causa do profundo misticismo religioso que lhes plasmou a mente e que tende a conferir um cunho emocional e sentimental em todas as suas atitudes (SCHADEN, 1954).

2.3. Turismo – Algumas definições

Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidade e desejos. (ROBERT MCINTOSH, 1977). É a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória. (HUNZIKER E KRAPF, 1942). A OMT (1968) convencionou que:

- Turistas são visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade da viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer, negócios, família, missões e conferência;
- Excursionistas são visitante temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitando;
- Atrativos naturais são elementos do espaço geográfico que constituem a paisagem – recurso turístico importante. Serão identificados e indicados no inventário pela sua importância para uso turístico;
- Atrativos turísticos são lugares, objetos ou acontecimentos de interesse turístico, que motivem o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los.

2.4. Turismo e Meio Ambiente & Cultura – Ecoturismo e Etnoturismo

O turismo e o meio ambiente estão intrinsecamente ligados e são interdependentes. Devido ao grande crescimento do mercado de turismo, há a necessidade de encontrar formas de melhorar a relação entre os dois e torná-lo mais sustentável. Isto poderia envolver:

- Pensamento holístico e o conceito de ecossistemas;
- Controle de impactos negativos;
- Encorajamento de práticas corretas;
- Manutenção de um senso de proporção;
- Despertar da consciência entre os turistas e a indústria do turismo;
- Preço pago para cobrir o custo ambiental do turismo;
- Manutenção do equilíbrio entre conservação e desenvolvimento.

De acordo com Swarbrook (2000), o ecoturismo não é necessariamente sustentável. Os ecoturistas não estão inicialmente motivados por um desejo de proteger o meio ambiente, mas sim, de ver o ecossistema nativo em primeira mão.

Se o ecoturismo tiver de crescer em uma área sem regulamentação, poderia facilmente tornar-se tão prejudicial quanto outras formas de turismo. Na verdade, por tender a ocorrer em áreas com ecossistemas frágeis e raros, ele poderia ser até mais prejudicial. Isso é particularmente verdade porque os ecoturistas estão sempre procurando novos destinos, mais exóticos que os anteriores, ao passo que muitos turistas habituais fiam felizes por passar as férias em complexos turísticos consagrados. Assim, os ecoturistas podem não estar satisfeitos até que tenham visitado todas as áreas do mundo, levando-lhes as bênçãos do turismo.

Já Beni (2002) é um pouco mais otimista com o ecoturismo, afirmando que o ecoturismo não é apenas turismo tradicional em áreas naturais. É atividade que tem de estar indissolúvelmente ligada ao trabalho de educação ambiental. Tem como principal elemento a contemplação e o contato com a natureza. Nele são analisados os fatores: espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; atrativos turísticos e consequência do turismo

sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens, compreendendo todas as funções, variáveis e regras de consistência de cada um desses fatores.

Turismo cultural e desenvolvimento local e regional

O turismo cultural é visto como um turismo sensível, suave e inteligente, complementar ao conceito de turismo sustentável. Varia entre as diferentes regiões geográficas. As áreas urbanas são o centro do turismo cultural, com um enfoque amplamente voltado para as atrações turísticas físicas e para as artes performáticas. Nas áreas costeiras, a atrações é muitas vezes o próprio beira-mar, ao passo que nas áreas rurais e montanhosas o turismo cultural se volta para a observação de estilos de vida tradicionais (BENI, 2002). O desafio é conferir à comunidade local uma participação justa nos benefícios do turismo.

A interpretação do patrimônio natural e cultural trabalha de forma integrada a biodiversidade, a cultura e a história por meio da visão da comunidade local, como por exemplo, na Bahia, com base nos seus símbolos, arquétipos, etnias e estruturas do cotidiano, no sentido de promover o resgate de sua identidade cultura e histórica, formada ao longo do tempo, buscando criar atrativos para compor a cadeia de produção turística.

Cresce a importância do turismo cultura como fator ponderável de desenvolvimento sustentável local e regional, atraindo sempre mais a atenção de pesquisadores, de órgãos públicos de promoção e fomento turísticos, de empreendedores da iniciativa privada e das próprias comunidades.

Com relação aos impactos socioculturais nas comunidades receptoras de turismo, estes podem chegar até o ponto extremo de provocar total desencanto ou desilusão, identificado em cinco estágios de manifestação, percorrendo a seguinte sequência:

euforia/apatia/imitação/antagonismo/consciência de exigência de mudança e falta de interesse em transformar-se (BENI, 2002).

As manifestações e usos tradicionais e populares são todas as práticas culturais que são tidas como específicas do próprio local ou da região que as integram, ou ainda idênticas em nível nacional como: atividades cotidianas e festivas de ordem sacra ou profana, de caráter popular e folclórico, considerada de apreciação e/ou participação turística (BENI, 2002).

2.5. O Turismo como atividade sustentável

Segundo Beni (2002), o turismo é um eficiente meio para:

- Promover a difusão de informações sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
- Abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região;
- Integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional;
- Desenvolver a criatividade em vários campos;
- Promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas.

Porém, pode provocar:

- Degradação ou destruição dos recursos naturais
- Perda da autenticidade da cultura local
- Descrição estereotipada e falsa do turista e do país ou região de que procede, por falta de informação adequada;
- Ausência de perspectivas para aqueles grupos da população local das áreas de destinação turística, que não obtém benefícios diretos das visitas dos turistas ou dos próprios mercado de turismo;
- Aparecimento de fenômenos de disfunção social na família, patologia no processo de socialização, desintegração da comunidade;
- Dependência do capital externo ou de estereótipos existentes em face do turismo.

Um dos princípios largamente aceitos do turismo sustentável é a idéia de que só pode ser sustentável se a comunidade local estiver envolvida em seu planejamento e em sua administração. Entretanto, mesmo onde foram feitas tentativas de se alcançar esse objetivo, tem havido problemas, como os seguintes:

- Há muitos grupos de interesse e pontos de vista individuais e não há uma maneira fácil de conciliá-los para alcançar um consenso;
- Os mecanismos que são usados para esclarecer os pontos de vista da comunidade oferecem a chance para uma minoria de porta-vozes, que influenciarão e dominarão o processo.
- Pode haver subvalorização ou ignorância dos pontos de vista locais que sejam contrários ao conhecimento vigente.
- Conflitos que o debate causa podem ser sérios e continuar por um longo tempo depois que ele termina.

Swarbrooke (2000) descreveu os principais aspectos e impactos relacionados às atividades turísticas. Estes podem ser benéficos ou maléficos e estão sintetizados no quadro abaixo:

Benéficos	Maléficos
Mais atenção à conservação de comunidades locais e por parte dos órgãos do setor público	Pressão sobre línguas locais se os turistas forem incapazes ou não desejarem conversar com o pessoal de serviço na língua deles
Mais interesse na conservação de línguas dos antepassados se forem consideradas uma atração pelos turistas	Introdução de palavras estrangeiras no vocabulário
Crescimento do respeito pela religião da comunidade local por parte dos turistas	Perda de espiritualidade em localidades religiosas que se tornam dominadas pelos turistas
Desenvolvimento de novos mercados para artesanato e formas de arte tradicionais	Pressão para substituir o artesanato tradicional por outros produtos que os turistas exigem
Renovação de formas de arte tradicionais	Banalização/modificação de formas de arte tradicionais para satisfazer desejos de turistas
Aumento da conscientização de estilos de vida em todos os lugares do mundo	Aumento da influência da mídia de massa e introdução de novos hábitos alimentares
Adoção de aspectos positivos dos valores e comportamento do turista	Redução do padrão de moralidade pessoal

Quadro 01 – Impactos benéficos e maléficos relacionados às atividades turísticas.

Outro quadro interessante para conhecimento são os custos e benefícios econômicos do turismo:

Benefícios	Custos
Criação de Empregos	Má-remuneração/sazonalidade
Injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador	Custos de ocasião, ex.: dinheiro investido em turismo que não poderá ser usado
Auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais	
Reforma e reestruturação da economia em cidades e metrópoles onde outras atividades industriais estão em declínio	Congestionamento
Estímulo a investimentos internos	Necessidade de investir em estruturas que poderá ser utilizada apenas em parte do ano
	Excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado de turismo

Quadro 02 – Custos e benefícios econômicos do turismo.

Alguns dos maiores impactos do turismo sobre o meio ambiente (HUNTER & GREEN, 1996)

- Transformação das características da área (paisagem)
- Excesso de infra-estrutura
- Impacto visual (novos estilos arquitetônicos)
- Danos causados por excesso de trafegabilidade (erosão e compactação)
- Poluição (sonora, atmosférica, solo, água)
- Fauna e Flora

Desde o início dos anos 90 a expressão “turismo sustentável” passou a ser utilizada com frequência. Ela encerra uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade. (SWARBROOKE, 2000)

O debate sobre o conceito de turismo sustentável é um fenômeno dos anos 90. Todavia, suas origens repousam no conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável.

Por sustentável entende-se “*desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro*”. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo que o usual, e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento. O conceito de sustentabilidade engloba claramente o meio ambiente, o sistema econômico e as pessoas envolvidas.

Enquanto o termo sustentável só passou a ser usado explicitamente nos últimos 20 ou 30 anos, as idéias que o sustentam nasceram, por exemplo, nos modelos mais remotos de planejamento urbano. Swarbrooke (2000) conclui que algumas das primeiras tentativas de se alcançar o desenvolvimento sustentável tenham sido as cidades e as metrópoles que foram planejadas e desenvolvidas pelos romanos.

Pelo exposto acima, conclui-se que turismo sustentável é simplesmente uma extensão do conceito de desenvolvimento sustentável. A idéia de que o desenvolvimento deve

ser sustentável data de muitos séculos. Contudo, a sustentabilidade só se tornou um assunto importante nos últimos anos em relação à indústria em geral, e ao turismo especificamente.

Ainda segundo Swarbrooke (2000), o turismo sustentável deveria estar ligado à aplicação da definição do Relatório Brundtland de sustentabilidade no turismo:

“Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. É economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente e o tecido social da comunidade local.”

Segundo Bramwell et all. (1996), turismo sustentável é um turismo que se desenvolve o mais rápido possível, levando em consideração a capacidade de acomodação daquele momento, a população local e o meio ambiente (...) O desenvolvimento de turismo e novos investimentos no setor de turismo não deveriam depreciar o próprio turismo (...) As novas opções de turismo deveriam integrar-se com o meio ambiente. Durante a Conferência Globo 90, em Vancouver, foi compilada uma lista dos benefícios do turismo sustentável:

- Estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
- Assegura uma distribuição justa de benefícios e custos;
- Gera empregos locais, tanto diretos quanto indiretos em outros setores de suporte e de gestão de recursos;
- Estimula indústrias domésticas lucrativas;
- Gera entradas de divisas para o país e injeta capital e dinheiro na economia local;
- Diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais;
- Estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidade;
- Cria facilidade de recreação que podem ser utilizadas pelas comunidades locais;
- Estimula e auxilia a cobrir gastos com preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos;
- Encoraja o uso produtivo de terras que são consideradas marginais, permitindo que vastas regiões permaneçam cobertas por vegetação natural;

- Intensifica a auto-estima da comunidade local e oferece a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de formação diversas;
- Demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-los;
- Monitora, assessora e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de obtenção de respostas e opõe-se a qualquer efeito negativos.

2.6. Diagnóstico e Inventário do Potencial Turístico

De acordo com WWF (2003), o levantamento do potencial turístico representa a primeira e fundamental etapa do processo de planejamento estratégico da atividade turística. Inventariar é pesquisar e relacionar, de modo quantitativo e qualitativo, os bens (atrativos naturais ou culturais, acessos) e serviços (meios de hospedagem e guias) de uma determinada região. O inventário deve fornecer dados importantes para uma análise da situação atual da região de interesse e, no final deste processo de coleta e análise de dados, tem-se um diagnóstico do potencial turístico.

Segundo Beni (2002), há a necessidade de se definir previamente os indicadores que subsidiarão o inventário, que por sua vez, se baseia nos indicadores selecionados e deve ser realizado de maneira objetiva e sistemática; os dados obtidos demonstrarão a variedade de condições dos indicadores. Os inventários de recursos podem ser conduzidos em diferentes níveis de detalhe. O produto final será um mapa ou matriz das condições existentes em cada indicador ao longo da área inventariada.

O processo de planejamento, aplicação e análise do inventário turístico é um conjunto de atividades que interage com diversas outras. Percebe-se que o inventário subsidia as ações de análise de viabilidade (WWF, 2003).

Segundo Boiteux e Werner (2002), o inventário turístico é o início de uma série de ações preliminares para viabilização do empreendimento turístico:

1. Inventário turístico – levantamento do potencial turístico de determinada localidade e a hierarquização dos atrativos para segmentar a demanda;
2. Criação da sinalização turística – comunicação visual dos atrativos turísticos, e, linguagem padronizada e contemplada nos idiomas da demanda encontrada;
3. Informação turística – disponibilização de informações ao consumidor turístico, tais como postos de informações, etc.;
4. Capacitação turística – formação e a reciclagem dos prestadores de serviços nos cargos operacionais e gerenciais, assim como a conscientização da população;

5. Medidas legislativas – criação de uma política de incentivos fiscais;
6. Promoções turísticas – Efeitos multiplicadores de empreendedorismo vinculado ao turismo;
7. Aferição da qualidade – garantia do produto final e/ou aprimoramento nos rumos do produto.

Beni (2002), descreve o planejamento turístico nas seguintes fases:

1. Qualificação vocacional do território (Zoneamento) – categorias, níveis de densidade e índices de densidade;
2. Inventário dos atrativos turísticos – Oferta absoluta, efetiva e total;
3. Vocação turística do núcleo receptor – A demanda por turismo apresenta ainda uma especificidade própria, consoante às diversas motivações, necessidades e preferências dos turistas pelo principal produto permanente ou eventual, que imprime sua vocação turística e seu conseqüente poder de atração, permitindo-lhe uma afluência autodeterminada ou dirigida;
4. Análise das instalações – Levantamento das instalações de recreação existentes e das possibilidades físicas e econômicas de implantação de novas instalações;
5. Inventário das instalações – O inventário indica as instalações e recursos turísticos existentes, sendo esses dados considerados como as necessidades de recreação e turismo;
6. Inventário combinado com projeções de população – O objetivo é relacionar a distribuição espacial local com a localização das instalações turístico-recreativas. O resultado é usualmente localizado em um mapa em que estão situadas as instalações existentes e as projetadas;
7. Capacidade de Utilização – Indica o limite das possibilidades do ambiente físico e ecológico para atender às necessidades do consumidor quanto a atividades de recreação e turismo. É o elo que relaciona valores físicos com as preocupações, preferências e atividades das pessoas engajadas em recreação e turismo. A partir da capacidade de utilização de cada instalação é projetada a demanda. Parte da oferta de recreação para projetar a demanda.

Somente após o conhecimento do potencial atrativo, das lacunas e dificuldades para implementação e da visão e expectativas da comunidade é que um programa ou projeto de ecoturismo deve ser implantado. (WWF, 2003)

3. MATERIAIS e MÉTODOS

3.1. Área de Estudo

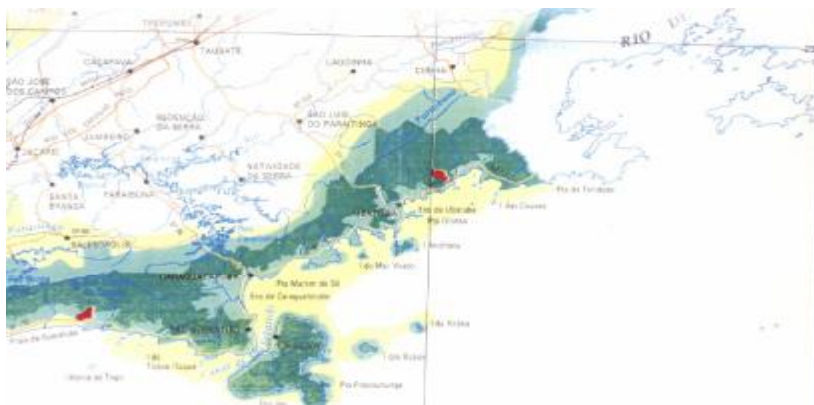


Figura 01 – Localização da T.I. Boa Vista no Estado de São Paulo.

A Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim localiza-se no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo. Abrange uma área de 920,66 ha. Sua demarcação física foi homologada através do Decreto Presidencial n.º 94.220, de 14 de abril de 1987. É cercada pelo PESM e está totalmente inserida na Área Natural Tombada da Serra do Mar e na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em um vale das encostas montanhosas da Serra do Mar, recortada por vários rios e riachos, dentre eles o Rio Promirim. Nela são encontrados praticamente todos os ecossistemas representativos do bioma Mata Atlântica, com predominância da Floresta Ombrófila Densa.

A Floresta Ombrófila Densa é caracterizada por fanerófitos (macro e mesofanerófitos), lianas lenhosas e epífitas em abundância; dossel contínuo com cerca de 30m, além de árvores emergentes. Elevadas temperaturas (médias de 25° C) e alta precipitação, bem distribuída ao longo do ano, sem período seco. Predominam lotossolos distróficos e excepcionalmente eutróficos, originados de vários tipos de rochas, desde granitos

e gnaisses até arenitos com derrames vulcânicos (VELOSO et al., 1991, apud SMA/SP, 1998).

Segundo Sant'anna (1995) (apud SMA/SP, 1998), no litoral norte, o período de chuvas se estende de novembro a abril, sendo que o semestre menos chuvoso acontece entre maio a outubro. Em 53 anos de análise (1941-1993), percebe-se uma forte tendência de diminuição das chuvas em Ubatuba na ordem de 20%, a maior do litoral paulista.

Conforme a SMA/SP (1998), no Município de Ubatuba existe um levantamento da vegetação da Floresta Atlântica de Encosta realizado por Silva & Leitão Filho (1982), em uma área da Estação Experimental do Instituto Agrônomo de Campinas; e um segundo levantamento, realizado 12 anos mais tarde, na área em que se encontra o Núcleo Picinguaba, às margens do Rio da Fazenda, realizado por Sanchez (1994) (apud SMA/SP, 1998). Este fato ilustra como o conhecimento deste tipo de vegetação é ainda incipiente uma vez que apenas dois levantamentos florísticos foram realizados em ambientes com características distintas, apresentando uma composição de espécies bem diferenciada.

Segundo Sanchez (1994) (apud SMA/SP, 1998), a Serra do Mar proporciona grande heterogeneidade ambiental, com encostas voltadas para o mar e para o continente, fazendo com que regimes de ventos, salinidade e precipitação sejam diferentes. Além disso, variações topográficas, solos com diferentes fertilidades, profundidades, idades pedogenéticas propiciam condições diferenciadas para o estabelecimento das espécies. Esta grande heterogeneidade ambiental é um indicador da grande diversidade de espécies encontradas na Mata Atlântica.

Contextualização histórica

Esta região compreende uma faixa costeira de 161 km, incluindo os Municípios de Bertioga, São Sebastião, Ilha Bela, Caraguatatuba e Ubatuba. Grande parte do território destes municípios está localizada no Parque Estadual da Serra do Mar. Nesta região estão localizadas as Aldeias Guarani do Rio Silveira, em São Sebastião e Bertioga, e Boa Vista, em Ubatuba.

Segundo o Projeto de Inventário Turístico da Secretaria de Turismo de Ubatuba (Inventuba), a região recebe cerca de um milhão de visitantes – turistas e veranistas – durante a alta temporada, isso é, nos meses de janeiro e fevereiro. A base propulsora da economia da região, em especial no Município de Ubatuba, é o turismo, devido à arrecadação gerada no atendimento às demandas da chamada população flutuante: turistas e veranistas.

As mudanças nas relações entre o planalto e o litoral tiveram início em 1867, com a inauguração da primeira ferrovia ligando São Paulo a Santos. Nas décadas seguintes, novas ferrovias foram construídas acelerando o desenvolvimento econômico da baixada santista. Como consequência de todo este processo, multiplicaram-se os loteamentos irregulares em toda a orla. Na região do litoral norte, um processo de ocupação acelerado e desordenado teve lugar a partir da década de 1970, com a construção da BR 101, ligando Santos ao Rio de Janeiro pela orla marítima.

As aldeias Guarani localizadas na Mata Atlântica só foram percebidas pela população no final dos anos 1920, com a recuperação e pavimentação da estrada conhecida como "Caminho do Mar", que facilitou o acesso de turistas ao litoral paulista. Estas aldeias foram se formando ao longo dos anos, desde o final do século XIX, em locais distantes das concentrações urbanas, permanecendo, portanto, isoladas ou tendo contatos irregulares e ocasionais com a população da região.

No Estado de São Paulo os Guarani vivem em dezesseis aldeias, com uma população total estimada em 1.800 habitantes que ocupam apenas 10.000 hectares, localizadas no interior, no litoral e na capital do Estado de São Paulo.

Até o início do século XX, e na região do litoral norte até os anos 1960, os Guarani instalavam suas aldeias em áreas de mata. Delas retiravam uma extensa e variada gama de plantas e sementes nativas que utilizam para construir suas casas, confeccionar artesanatos e alimentar-se. As atividades econômicas tradicionais – entre as quais destacam-se a caça e a pesca, a agricultura e o extrativismo – garantiam fartura e sustentação para a comunidade. Tratava-se de uma economia bastante estável, voltada para a subsistência, que necessitava de grandes extensões de terras para manter-se.

Nos anos 1960, três famílias guarani, vindas da Aldeia do Rio Silveira, instalaram-se na região de Ubatuba formando a Aldeia da Boa Vista. Localizada no sertão do Promirim, inserida na Mata Atlântica, a aldeia ficava numa região de difícil acesso, cuja única ligação com Ubatuba era uma pequena trilha. Eram necessárias quatro horas de caminhada para se chegar à cidade. O contato da comunidade com a população local era esporádico, acontecendo apenas para trocar produtos.

Com a construção da BR 101, ligando Santos ao Rio de Janeiro pela orla marítima, na década de 1970, acelerou-se a ocupação da região de Ubatuba, que passou a acontecer de maneira desordenada. As mudanças ocorreram muito rapidamente. A expansão da atividade turística e a construção de residências de veraneio geraram especulação imobiliária e a grilagem de terras, provocando conflitos com caiçaras e índios: as populações tradicionais. As atividades rurais que predominavam na economia de Ubatuba foram gradativamente substituídas pelas atividades urbanas. Entre os anos de 1970 e 90, a população de Ubatuba triplicou. Em 70, o censo demográfico do IBGE apontava uma população de 15.230 moradores; em 1990 estima-se que a população era de cerca de 47.000 habitantes.

A rápida ocupação do litoral norte paulista, nessa época, atinge diretamente os Guarani. Além de terem uma sensível redução do território que utilizavam, os Guarani passam a viver um contato mais intenso com a população local. Este contato acaba por introjetar no cotidiano das comunidades produtos estranhos ao modo de vida tradicional guarani, o que gera a necessidade do dinheiro. Conseqüentemente, nas aldeias, as atividades envolvendo movimentação financeira começam a crescer em importância em oposição àquelas voltadas para a subsistência.

Curva de importância econômica relativa

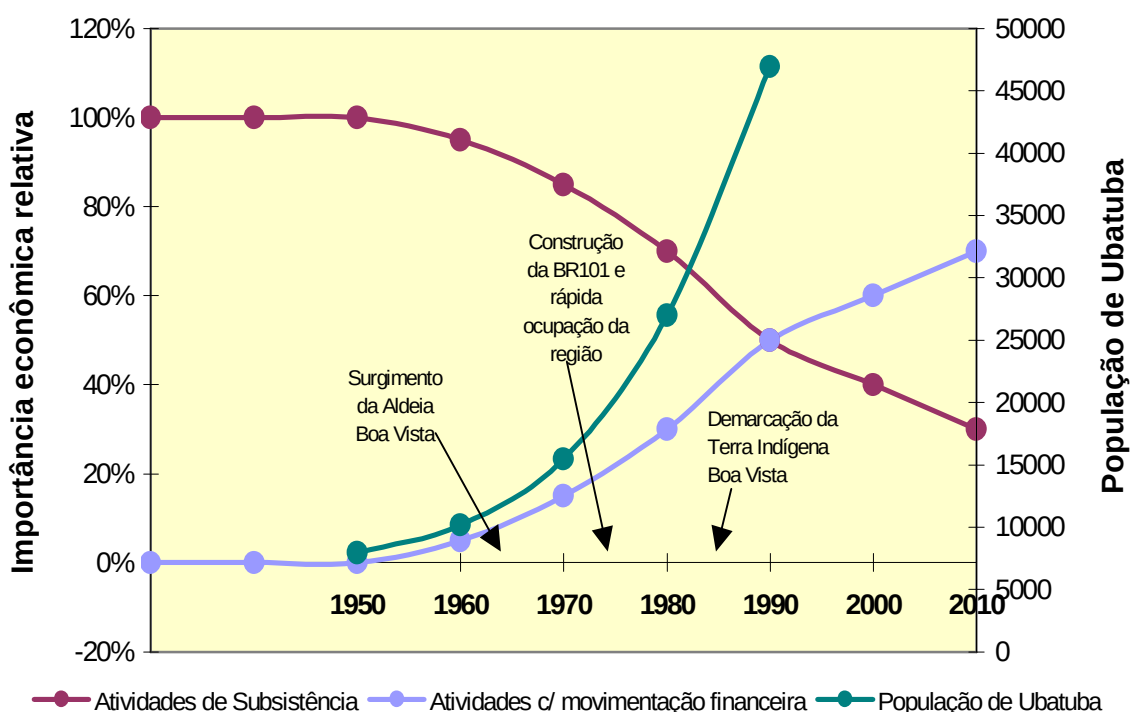


Figura 02 – Curva de importância econômica relativa da T.I. Boa Vista.

Fonte: Plano de Negócios elaborado por CPI-SP

O gráfico acima ilustra o processo de ocupação da região nos últimos 40 anos e as mudanças econômicas ocorridas na aldeia. Nota-se claramente como as atividades econômicas que envolvem movimentação financeira foram ganhando importância, inversamente ao que ocorreu com as atividades de subsistência.

Nos anos 1980, a comunidade da Aldeia Boa Vista já era formada por dezesseis famílias e ocupava uma área de 250 alqueires de terra. Os conflitos fundiários agravaram-se na região. Em 1982, iniciou-se o processo de reconhecimento e demarcação das terras indígenas no Estado de São Paulo, incluindo a Aldeia Boa Vista. Em 1987, o Decreto Presidencial n.º 94.220 homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena da Boa Vista, com uma área de 920,66 ha.

Atualmente, a aldeia é constituída por trinta famílias, constituídas em 130 pessoas e 50 unidades habitacionais, que estão sendo construídas de forma padronizada através do Programa Moradia Indígena, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de SP (CDHU). Mantém uma integração econômica bastante intensa com a população, residente e flutuante, de Ubatuba.



Figura 03 – Fotografia aérea de 2001, com fogo na área principal da T.I. Boa Vista.

3.2. Inventário do Potencial Turístico

Os roteiros foram escolhidos de forma participativa. Após esta definição, os trajetos foram percorridos, avaliando-se os níveis de dificuldade e coletando-se as coordenadas (pontos e linhas); além disso, os potenciais pontos interpretativos foram fotografados. As coordenadas coletadas foram plotadas em imagem orbital georreferenciada e, através delas, obteve-se o comprimento.

Após estas etapas, houve diálogo com a comunidade sobre as estimativas de benefícios e riscos envolvidos, tais como a necessidade de pequenas melhorias nos trajetos, mas incerteza se haveria financiamento para tais melhorias. Através de assembléias, foi elaborada uma matriz de aspectos e impactos, no qual estes foram sintetizados por própria vontade da comunidade.

3.3. Sistema de Posicionamento Global e Imagens Orbitais

Para a coleta das coordenada geográficas dos pontos atrativos e dos roteiros, foi utilizado receptor de navegação Garmin V, sendo posteriormente plotados em imagem orbital CBERS, mosaico georreferenciado em composição RGB com resolução de 15m.

Foram utilizados *Autodesk CAD 2000* para os desenhos e *ESRI Arc Map 9.2* para o georreferenciamento.

3.4. Cronograma

Ações \ Períodos	Agosto				Setembro				Outubro			
Revisar bibliografia pertinente	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Solicitar autorização à Funai e à CNPQ			X									
Solicitar material de apoio à CPI-SP			X									
Apresentar aos Guarany e solicitar voluntário						X						
Coletar/Analisar dados (campo)						X	X	X				
Elaborar Relatório e Apresentação				X	X				X	X		
Apresentar à Univap e aos Guarany/CPI-SP											X	X

4. RESULTADOS e DISCUSSÃO

De forma participativa, foram eleitas 2 opções de roteiros: um nos arredores da aldeia e outros dois, um pouco mais distante, contemplado caminhada pela Mata Atlântica.

Abaixo, a plotagem dos roteiros sobre imagem CBERS. Os números indicam os roteiros, sendo: 1 (roteiro nos arredores da aldeia) e 2-3 (roteiros mais distantes).

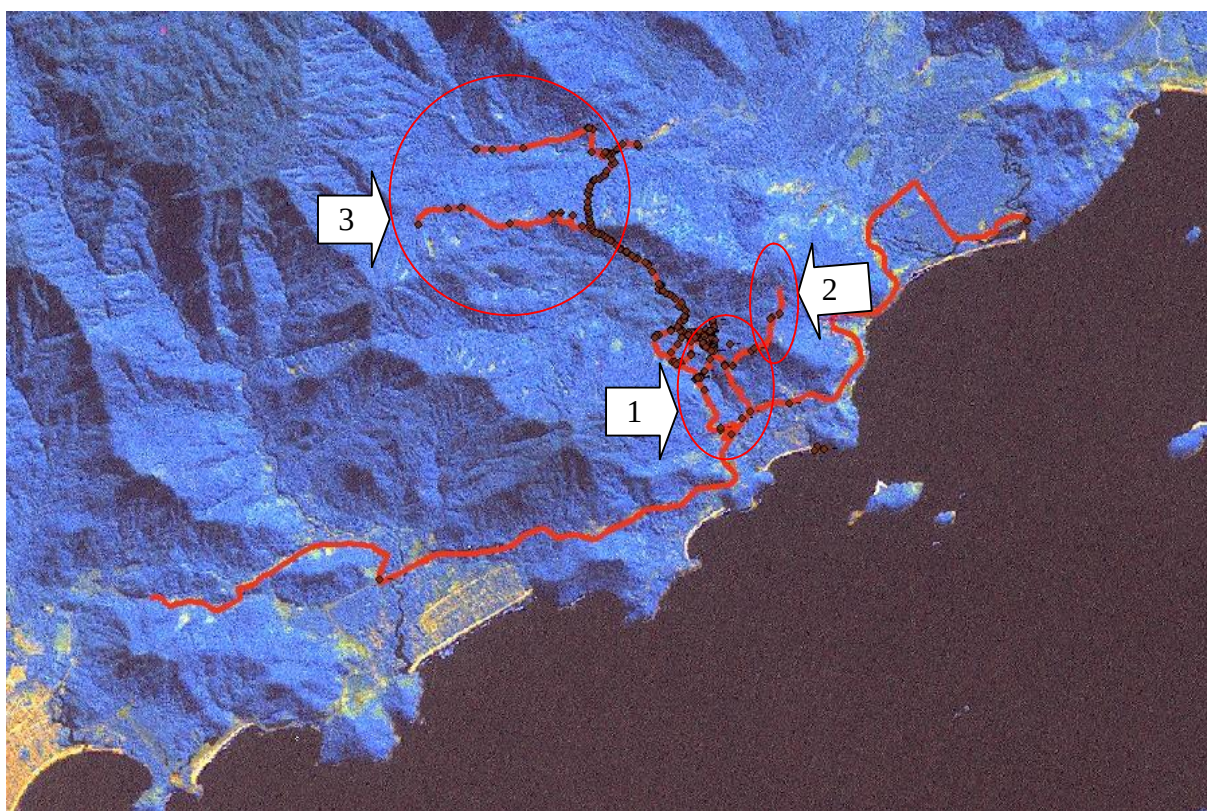


Figura 04 – Plotagem dos roteiros sobre imagem orbital CBERS

No quadro abaixo, estão descritos as distâncias, tempo médio e níveis de dificuldade para os roteiros propostos e para os acessos à Aldeia.

Trilha	Distância (Ida e Volta)	Duração Estimada	Nível
1 - Aldeia	2.395m (15ha)	2h	Médio
2. Pedra Branca	3.342m	4h	Difícil
3. Serra	9.556m	8h	Difícil
Acesso Atual	1.600m	-	-
Acesso Antigo	775m	-	-

Quadro 03 – Descrições das medições obtidas nos roteiros

Abaixo, uma seqüência de fotografias retratando as principais feições:

Acessos



Figura 05 – Acesso à Aldeia Boa Vista

Vista Geral



Figura 06 – Vista geral da chegada na aldeia

Instalações



Figura 07 – Instalações: 1 – Posto de Saúde; 2 - Escola

Roteiro 1 - Aldeia

Principais Pontos Atrativos:

1. Casa de Reza



Figura 08 – Casa de Reza: 1 – Perfil; 2 – Porta de Entrada; 3 – Altar; 4 - Artesanatos.

2. Casa de Cultura



Figura 09 – Casa de Cultura em fase de construção.

A Casa de Cultura está em fase de construção, obra financiada pelo MMA e MDS, através do Programa Carteira Indígena.

3. Poços do Promirim



Figura 10 – Diferentes vistas das quedas presentes no Rio Promirim, interior da Aldeia.

Tipos de Arquiteturas



Figura 11 – Padrões arquitetônicos presentes na Aldeia: 1 – Construção tipicamente Guarany; 2 – Madeira; 3 – Taipas; 4 – Padrão utilizado pelo Projeto de construção de novas habitações.

Características da Trilha



Figura 12 – Obstáculos que influenciam a estética e a segurança do visitante, requisitando a necessidade de corrimãos ou embelezamento.

Roteiros 2 e 3 – Mata Atlântica

Principais Atrativos:

Vistas Panorâmicas



Figura 13 – Vistas panorâmicas, presentes nas trilhas de Mata Atlântica.

Árvores Expressivas



Figura 14 – Figueira (esq.) e Cedro (dir.) de porte majestoso, presentes nas trilhas de Mata Atlântica.

Discussão

Segundo as lideranças locais, haverá espaço para estacionamento. Há proibições para consumo de álcool e outras drogas (com exceção de nicotina) durante o passeio. Em relação à possibilidade de acampamento, atualmente são proibidos em T.I's, porém se a comunidade assim o quiser (autonomia), provavelmente será possível contemplar esta modalidade também.

Os principais aspectos e impactos a serem aprofundados em estudos posteriores estão resumidos no quadro abaixo:

Aspectos	Impactos	
	Positivos	Negativos
Aporte de Renda	X	
Intensificação de processo de aculturação		X
Intercâmbio de saberes e experiências	X	
Pressão sobre recursos naturais e ambientais		X

Quadro 04 – Principais aspectos e impactos envolvidos nos roteiros da T.I. Boa Vista.

A indústria do turismo e os turistas têm um interesse especial por culturas fossilizadas, que sejam pitorescas ou interessantes, por causa de seu valor de novidade ou pelo contraste com a cultura dos próprios turistas. Os folhetos estão repletos de menções como “intactos” e “inesgotável”. No entanto, a cultura está sempre mudando, e é provavelmente impossível e indesejável tentar preservar culturas. Parece estranho falar emocionalmente e nostalgicamente da necessidade de conservar uma cultura tradicional, que já vem sendo rejeitada por jovens autóctones, ávidos por adotar a cultura dos próprios turistas (pelo menos os hábitos de consumo). Existe o risco de que o interesse de hoje em conservar as culturas de ontem faça com que as novas culturas do amanhã sejam um tanto artificiais e carentes de

dinamismo. Além disso, nenhuma cultura é estática. Sendo assim, não se pode esperar dos *Mbyá*, que tem um convívio freqüente com a sociedade nacional envolvente, mesmo que este convívio se de geralmente de maneira reservada, não cogitem novas possibilidades de subsistência, ainda mais quando os seus meios vão sendo radicalmente modificados.

Por isto a importância de se realizar estudos para dimensionamento da capacidade de carga e limites aceitáveis de mudanças (capacidade de utilização) **antes** do início de um empreendimento turístico.

A capacidade de utilização indica o limite das possibilidades do ambiente físico e ecológico para atender às necessidades do consumidor de atividades de turismo e recreação. A partir da capacidade de utilização de cada instalação é projetada a demanda correspondente. A definição da capacidade é dada pelo somatório das capacidades de utilização em face dos padrões de espaço requeridos para recreação e ocupação global do território. A capacidade de carga de recurso turístico consiste no número máximo de visitantes, em um determinado período de tempo, que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações por perturbações (novas ocupações, estradas, etc.)

A análise da capacidade de carga turística é um instrumento que procura garantir a qualidade da oferta turística, conciliando diferentes fatores, como: satisfação dos turistas e da população residente, viabilidade econômica dos equipamentos, infra-estrutura turística, qualidade do meio ambiente e, ainda, busca conjugar os elementos tempo curto e tempo longo, ou seja, o tempo limitado que os visitantes dispõem para visitar e explorar a região com a perenidade da mesma. É o ponto a partir do qual o ambiente físico, econômico e social será degradado, levando à destruição da imagem turística com o conseqüente descontentamento do visitante e da penalização da qualidade de vida da comunidade local. E ainda: com esse conceito pretende-se estabelecer, do ponto de vista quantitativo, o número de

visitantes e o nível de desenvolvimento susceptíveis de não terem consequências negativas sobre os recursos naturais e culturais de um destino turístico.

Um potencial instrumento metodológico para prevenir os impactos negativos do turismo é o *Antimarketing*, que está estreitamente ligada ao conceito de capacidade de carga e é conveniente ser feito após a determinação da capacidade de carga da localidade. O *Antimarketing* implica na manipulação de ações de marketing para desmotivar ou não estimular turistas potenciais a visitarem determinadas destinações.

5. CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES

O turismo sustentável não pode ser separado do debate mais amplo sobre desenvolvimento sustentável em geral. Uma vez que a política de turismo sustentável encontra-se amplamente voltada para a distribuição de recursos finitos, é importante reconhecer que se trata de uma questão abertamente política; por isso, as soluções têm de ser políticas, e não meramente tecnocráticas. É preciso mais ênfase na dimensão social do turismo sustentável em termos de equidade social e impactos socioculturais.

O turismo deve ser percebido como justo por todas as partes envolvidas, havendo viabilidade econômica de longo prazo no que se refere às organizações e destinações de turismo, baseando nos princípios do preço justo.

A compatibilização entre geração de renda e conservação tem gerado mais mudanças do que preservações e fossilizações. Por isto, o gerenciamento adequado deve assegurar que o turismo opere de acordo com o conceito de “limites de alterações aceitáveis”, obviamente sem comprometer a capacidade de suporte ou carga.

Há atrativos em potencial para organizar programas turísticos na aldeia Boa Vista do Sertão do Promirim, porém deve haver ações para evitar ou minimizar os riscos citados na matriz de aspectos e impactos – intensificação dos processos de aculturação e sobrepopulação no local, aumentando a pressão sobre os recursos naturais e ambientais. Um programa estruturado de Turismo envolverá capacitação e formação de monitores. Esta capacitação deverá ser compatível com as características culturais da comunidade. Uma ótima oportunidade é conjugar conhecimentos acerca dos recursos naturais e culturais regionais, com histórias, mitos e lendas Guarani.

Recomenda-se uma avaliação da capacidade de carga e a coordenação de um programa estruturado de turismo, de maneira análoga às ações ocorridas na comunidade

caçara de Cambury e no próprio Núcleo Picinguaba, contemplando o Sertão da Fazenda e a Vila de Picinguaba.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo, Ed Senac, 2002. 502p.

BOITEUX, B.; WERNER, M. **Promoção, Entretenimento e Planejamento Turístico**. São Paulo, Série Turismo, Ed. Aleph, 2002, p. 67-68.

BRAMWELL, B.; et al. (Ed.). **Sustainable Tourism Management: Principles and Practice**. Tilburg University Press, Tilburg, Netherlands, 1996, p. 19-20.

CHASE-SARDI, M. **El precio de la sangre. Tuguy Ñeë Repy: Estudio de la Cultura y el Control Social entre los Avá-Guarani**. Assuncion: Biblioteca Paraguaya de Antropología/Centro de estudios Antropológicos de la Universidade Católica, 1992. 363p.

CHEROBIM, M. **Os índios Guarani do litoral do Estado de São Paulo: Análise antropológica de uma situação de contato**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. 204p.

CICCARONE, C. A viagem anterior. In: MELIÁ, B. (Org.). **Suplemento Antropológico**, 2000, p.40-60.

FELIPIM, A. P. **O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na Aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP**. Piracicaba, 2001. 120p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, 2001.

GARLET, I. **Mobilidade Mbyá: História e significação**. Porto Alegre, 1997. 190p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo, 1997.

GLOBE 92. **Tourism Stream. Challenge Statement**. Vancouver, Canadá, 1992, p.14

HUNTER, C.; GREEN, H. **Tourism and the Environment: A Sustainable Relationship**. Routedge, London, 1995.

HUNZIKER, W.; KRAPF, K. **Algemeine Frendenverkehrslehre**. Zurique, 1942, p. 36.

LADEIRA, M.I. **"O Caminhar sob a luz"- o território Mbyá à beira do oceano**. São Paulo, 1992. 199p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

LADEIRA, M.I. *Yvy marãey*. Renovar o eterno. In: MELLÍÁ, B. (Org.). **Suplemento Antropológico**, 2000, p.81-100.

McINTOSH, E. R. **Tourism principles, practices, philosophies**. Ohio, Columbus University, 1977, p. 34.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 300p.

NIMUENDAJU UNKEL, C. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**. Trad. De C. Emmerich, & E. Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec/ Universidade de São Paulo, 1987, 156p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 470p.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 55p.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Planos de Manejo das Unidades de Conservação: Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba**. Plano de Gestão Ambiental - fase 1, São Paulo, 1998, 183 p.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. 3^a ed. São Paulo: E.P.U./ EDUSP, 1974, 190p.

SILVA, E. L. da, MENEZES, E.M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Departamento de Ciência da Informação da UFSC. Florianópolis, 2001. Cap.2. 3^oed.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável – Conceitos e Impactos Ambientais**. São Paulo: Série Turismo, Ed. Aleph, 2000, p. 13-71.

VIETTA, K. Os Homens e os deuses: a concepção dual da alma humana e a construção *Mbyá* da pessoa. In: Meliá, B. (Org.). **Suplemento Antropológico**, 2000, p. 62-79.

WWF. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. 2003, 470p

www.funai.gov.br, acesso em: 05 fev. 2003.

www.socioambiental.org.br, acesso em: 25 nov. 2002.

www.ubatuba.sp.gov.br/setur, acesso em 01 out. 2006



BELEZA SELVAGEM Curumins brincam em riacho perto de cachoeira na aldeia Boa Vista, em Ubatuba, onde os índios guaranis serão guias para turistas que visitarem a reserva

Índio vira guia turístico no Litoral Norte

Aldeias guaranis do Litoral Norte estão implantando novas atividades econômicas para garantir subsistência das tribos. Os guaranis estão investindo em projetos de ecoturismo e plantio de flores. A região tem três aldeias, onde vivem atualmente cerca de 550 índios. A aldeia do Rio Silveiras, a maior da re-

gião e situada na costa sul de São Sebastião, tem 340 guaranis. A aldeia Boa Vista, em Ubatuba, será a primeira do Estado a desenvolver o ecoturismo. Os índios vão ser treinados para atuar como guias, mostrando trilhas, cachoeiras e artesanato, **página 13**

Geração de Renda

Ecoturismo vira aposta dos guaranis

Saíra Barban
Correspondente

As aldeias guaranis do Litoral Norte estão implantando novas atividades econômicas para garantir sua subsistência.

Os guaranis estão investindo em projetos de ecoturismo e o plantio de flores, atividades que devem ampliar a geração de renda e melhorar a qualidade de vida das comunidades.

A região tem três aldeias, onde vivem atualmente cerca de 500 indígenas. A aldeia do Rio Silveiras, a maior da região, situada na costa sul de São Sebastião, tem 340 guaranis. As outras duas aldeias guaranis ficam em Ubatuba.

A aldeia Boa Vista, que fica na costa norte do município, próximo ao bairro do Prumirim, tem 145 índios; a Ressaca, ao longo do Rio Escuro, na costa sul, tem uma população estimada em 40 guaranis. Atualmente, as aldeias abrigam guaranis de outras aldeias do Estado e também do Mato Grosso.

Os guaranis sempre sobreviveram da venda de artesanato e do palmito juçara. O plantio de batata, mandioca, feijão e milho garante a alimentação das aldeias. Os guaranis sempre sobreviveram economicamente graças à venda do palmito e do arretesento.



CULTURA INDÍGENA

O cacique Alvine Santos atravessa ponte com curumins na Aldeia Boa Vista, em Ubatuba; acima, curumim no lado do artesanato indígena

ECOTURISMO - "O projeto está bem adiantado e sob análise da comissão indígena da Funai, em Brasília", informou o diretor regional do órgão em São Paulo, Nilton Bueno. Segundo ele, o projeto pioneiro no Estado, será desenvolvido em parceria com uma ONG (organização não governamental) sem que haja qualquer risco ou prejuízo à aldeia ou à cultura guarani.

O cacique da aldeia, Altino Santos, disse que o ecoturismo é a melhor alternativa para que os guaranis possam aumentar sua renda.

Segundo Santos, os guaranis vão ser capacitados para trabalhar como monitores e guias turísticos. A ideia é receber grupos de turistas na aldeia.

A proposta gera muita expectativa nos guaranis mais novos. Edmilson de Lima da Silva, de 16 anos, disse que a aldeia tem recebido a visita de alunos de escolas do Vale e Litoral Norte. Segundo ele, na temporada com a implantação do ecoturismo até mesmo turistas estrangeiros devem visitar a aldeia.

Segundo ele, além das trilhas, das cachoeiras e do artesanato, os visitantes vão poder acompanhar a apresentação de danças e de músicas feitas pelas crianças da aldeia, na Casa da Cultura, um espaço que vem sendo construído na para sediar as apresentações.

Guaranis cultivam flores para festas

Virou moda, pelo menos em Ilhabela e na costa sul de São Sebastião, utilizar as flores cultivadas pelos guaranis da aldeia do Rio Silveiras, na decoração de casamentos realizados à beira-mar e no interior de hotéis e pousadas ou em festas sofisticadas. Os guaranis mantêm três viveiros na aldeia. Eles cultivam flores como heliconias, basílio-do-imperador e alpinias. Cada maço de flores, cada uma com seis tipos diferente, custa R\$ 10. Eles produzem também mudas de palmito juçara, açaí e pupunha.

Índios reivindicam melhorias em aldeia

Os guaranis do Litoral Norte reivindicam melhorias para suas aldeias. Na aldeia Boa Vista, em Ubaituba, eles querem que a prefeitura prolongue a estrada de terra, que liga a rodovia Rio-Santos ao posto de saúde e escola dos guaranis, até as casas dos índios. Os guaranis também cobram a instalação de eletricidade em suas casas, pelo programa federal Luz Para Todos. A prefeitura estaria em negociações com o governo para atender a reivindicação. A aldeia Renascer, em Ubaituba, cobra agilidade no reconhecimento da área de 10 hectares ocupada pelos índios. O processo está sendo avaliado pelo Ministério Público Federal e Funai.